



CAIXA OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

RELATÓRIO E CONTAS 2019





ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No ano de 2019, a economia mundial denotou um abrandamento acentuado face ao ano transato, em resultado da fraqueza do comércio internacional e do investimento, com as estimativas a apontarem para o ritmo de crescimento mais baixo desde a crise financeira de 2008. Com efeito, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento real do PIB global desacelerou de 3,6% em 2018 para 3,0% em 2019. Esta trajetória descendente foi transversal ao bloco desenvolvido (de 2,3% em 2018 para 1,7% em 2019) e ao emergente (de 4,5% em 2018 para 3,9% em 2019). No que concerne à evolução de preços, a inflação pautou-se por níveis moderados nos dois blocos económicos, com a exceção de alguns países (e.g. Argentina e Venezuela), o que confluiu em políticas monetárias mais acomodáticas a nível global.

Especificamente, a atividade económica dos EUA observou uma moderação, ao passar de 2,9% em 2018 para 2,4% em 2019, segundo as projeções do FMI. Apesar da desaceleração, este ritmo de crescimento continua superior à média desta expansão, que já constitui a mais longa de sempre. A resiliência da componente doméstica adveio principalmente do consumo que, por sua vez, beneficiou da robustez do mercado de trabalho e de algum crescimento salarial. Neste âmbito, a taxa de desemprego prolongou a tendência descendente, tendo atingido o valor mais baixo de 50 anos. Por seu lado, a elevada incerteza decorrente das tensões comerciais entre os EUA e a China condicionou a evolução do investimento e da indústria. Este contexto, conjuntamente com a inflação abaixo do objetivo de 2% da Reserva Federal Americana (Fed), motivou que o banco central procedesse a uma redução da taxa diretora em 75 pontos base (p.b.) no decorrer do ano para sustentar a expansão.

Indicadores Económicos

Taxas de variação homólogas, em %, exceto taxa de desemprego

	PIB real		Inflação		Taxa de desemprego	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
Global	3,6	3,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
EUA	2,9	2,4	2,4	1,8	3,9	3,7
União Europeia ^(a)	2,0	1,4	1,9	1,5	6,8	6,3
Área Euro	1,9	1,1	1,8	1,2	8,2	7,6
Alemanha	1,5	0,4	1,9	1,3	3,4	3,2
França	1,7	1,3	2,1	1,3	9,1	8,5
Espanha	2,4	1,9	1,7	0,9	15,3	13,9
Itália	0,8	0,1	1,2	0,6	10,6	10,0
Reino Unido	1,4	1,2	2,5	1,8	4,1	3,8
Japão	0,8	0,9	1,0	1,0	2,4	2,4
Rússia	2,3	1,1	2,9	4,7	4,8	4,6
China	6,6	6,1	2,1	2,3	3,8	3,8
Índia	6,8	6,1	3,4	3,4	n.d.	n.d.
Brasil	1,1	0,9	3,7	3,8	12,3	11,8

Nota: (a) valores da União Europeia, Área Euro e respetivos Estados-Membros são retirados da Comissão Europeia; n.d. não disponível; os dados da inflação correspondem à taxa de variação média anual e os da taxa de desemprego à média anual.

Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro 2019; Comissão Europeia, European Economic Forecast, outono 2019.

Por seu turno, o crescimento económico da Área Euro apresentou um abrandamento significativo, de 1,9% em 2018 para 1,1% em 2019, segundo as perspetivas de outono da Comissão Europeia. No decorrer do ano, denotou-se uma dicotomia na atividade da região, com os setores e os países mais expostos ao comércio internacional e à indústria (tais como a Alemanha e a Itália) a evidenciarem menores ritmos de crescimento. Por seu lado, os Estados-membros mais dependentes da atividade doméstica, nomeadamente do setor dos serviços, registaram níveis de crescimento relativamente superiores (e.g. França e Espanha), embora também tenham observado uma moderação. O mercado de trabalho da região permaneceu resiliente, com a taxa de desemprego a descer para valores anteriores à crise financeira, o que permitiu suportar o consumo. Deste enquadramento, de abrandamento económico conjugado com a inflação aquém do objetivo (próximo, mas inferior a 2%) do Banco Central Europeu (BCE), resultou a implementação de um novo pacote de medidas expansionistas por parte da autoridade monetária. De entre as anunciadas, salienta-se (i) o corte de 10p.b. da taxa de juro de depósito para -0,50% e a orientação que as taxas diretoras deverão permanecer nos níveis atuais até que a inflação convirja de forma robusta para



o objetivo; (ii) o reinício do programa de compra de ativos num montante mensal de 20 mil milhões de euros, sem data de término e (iii) a introdução de um sistema de dois níveis para a remuneração de reservas, no qual uma parte dos montantes excedentários será isenta da taxa de depósito negativa.

Indicadores Económicos da União Europeia e Área Euro

Taxas de variação homólogas, em %, exceto onde indicado

	União Europeia		Área Euro	
	2018	2019	2018	2019
PIB real	2,0	1,4	1,9	1,1
Consumo privado	1,6	1,4	1,4	1,1
Consumo público	1,2	1,8	1,1	1,6
Formação Bruta de Capital Fixo	2,5	3,8	2,3	4,3
Exportações	3,0	2,5	3,3	2,4
Importações	2,9	3,3	2,7	3,2
Inflação (em %)	1,9	1,5	1,8	1,2
Taxa de desemprego (em %)	6,8	6,3	8,2	7,6
Saldo orçamental (em % do PIB)	-0,7	-0,9	-0,5	-0,8

Fonte: Comissão Europeia, European Economic Forecast, outono 2019.

Já a economia portuguesa deverá ter registado uma desaceleração de 2,4% em 2018 para 2,0% em 2019, de acordo as perspetivas de outono da Comissão Europeia. O PIB português permaneceu alicerçado na procura interna, da qual se destacou a aceleração do investimento. Porém, o enfraquecimento da envolvente externa condicionou a evolução das exportações portuguesas. O mercado de trabalho permaneceu um fator de suporte para o consumo, com a taxa de desemprego a prolongar a trajetória de descida e a atingir níveis comparáveis aos de 2002. No que se refere à inflação, a mesma revelou um abrandamento significativo de 1,2% em 2018 para 0,3% em 2019. Este comportamento derivou de uma queda acentuada do preço dos bens energéticos (influenciado pela diminuição do preço do petróleo bem como do preço da eletricidade e do gás, neste caso em resultado de medidas administrativas) e de uma descida dos preços de alguns bens e serviços por via de um conjunto de alterações legislativas (e.g. preços passes sociais e propinas do ensino superior).

Indicadores da Economia Portuguesa

Taxas de variação homólogas, em %, exceto onde indicado

	2017	2018	2019
PIB real	3,5	2,4	2,0
Consumo privado	2,1	3,1	2,3
Consumo público	0,2	0,9	0,8
Formação Bruta de Capital Fixo	11,5	5,8	6,5
Exportações	8,4	3,8	2,7
Importações	8,1	5,8	4,6
Inflação	1,6	1,2	0,3
Taxa de desemprego	9,0	7,0	6,3
Saldo orçamental (em % do PIB)	-3,0	-0,4	-0,1
Dívida Pública (em % do PIB)	126,0	122,2	119,5

Fonte: Comissão Europeia, Perspetivas de outono de 2019.

Nas economias emergentes, o abrandamento económico e a inflação controlada justificaram a descida das taxas de referência por alguns bancos centrais, tais como os do Brasil, da Índia, da Rússia, e o corte do rácio de reservas legais pelo Banco Central da China. Este aglomerado de países também testemunhou um enfraquecimento da indústria, do investimento e dos fluxos de comércio resultante da elevada incerteza em torno do comércio internacional e da desaceleração económica da China.



MERCADOS FINANCEIROS

O ano de 2019 caracterizou-se pelo aumento significativo do otimismo dos investidores e pela valorização generalizada das principais classes de ativos, sobretudo a de ações, apesar de se ter verificado uma moderação da economia global à qual os EUA não estiveram imunes. Estes comportamentos foram, em boa parte, resultado dos desenvolvimentos positivos nas negociações sino-americanas e da ação dos bancos centrais que, perante as incertezas em torno da solidez da atividade económica e a inexistência de riscos inflacionistas, optaram por políticas mais acomodáticas. Durante o ano, apesar dos atrasos na celebração do acordo comercial entre os EUA e a China, adiada para o início de 2020, registou-se uma redução das tensões entre estes países, tendo sido inclusivamente evitada a implementação de algumas das novas tarifas alfandegárias planeadas pelos EUA. No que toca aos bancos centrais, a tendência de fundo de redução de estímulos monetários verificada em 2018 foi revertida, tendo-se inclusivamente perspetivado que 2019 fosse o primeiro ano numa década no qual se iria verificar um “*quantitative tightening*” (redução dos ativos detidos pelos bancos centrais) a nível global. Neste âmbito, a diminuição das taxas de referência e o crescimento dos balanços das autoridades monetárias permitiu a melhoria das condições financeiras e a queda dos prémios de risco de mercado. Adicionalmente, assistiu-se à redução dos receios relacionados com um “*Brexit*” sem acordo e com o projeto europeu.

No mercado **Monetário**, as taxas de prazos mais curtos dos EUA evidenciaram variações negativas significativamente mais pronunciadas do que as da Área Euro, refletindo a maior redução das *Fed Funds*, de 75p.b., face às taxas de depósito do BCE, de 10p.b.. No mercado de dólares, o indexante *Libor* demonstrou uma queda anual de 90p.b., para 1,91%, no prazo de 3 meses, de 96p.b., também para 1,91%, no de 6 meses e uma redução de 101p.b., para 2,00%, no de 12 meses. Já a *Euribor* registou uma queda anual de 7p.b., para -0,38%, na maturidade de 3 meses, uma diminuição de 9p.b., para -0,32%, na de 6 meses, e de 13p.b., para -0,25%, na de 12 meses.

No que respeita ao mercado de **Obrigações de Dívida Pública**, os principais índices dos EUA e da Área Euro beneficiaram da forte queda das taxas de juro, tendo registado desempenhos positivos de cerca de 7%. A queda das *yields* foi indissociável do contexto de abrandamento económico global e de políticas monetárias mais acomodáticas por parte dos principais bancos centrais, em especial ao nível dos cortes das taxas de referência. No entanto, este comportamento não foi constante ao longo do ano, com as descidas a verificarem-se até agosto, mês após o qual se registou alguma recuperação. As variações positivas dos últimos 4 meses do ano ocorreram numa envolvente de estabilização dos indicadores de atividade em níveis baixos e de redução das tensões em torno do comércio internacional. Nos EUA, perante as incertezas acerca da solidez da atividade económica e a mudança da retórica da *Fed*, verificou-se uma descida das taxas de juro, que no prazo dos 10 anos foi de 78p.b., terminando o ano a 1,92%. Em comparação, a taxa de juro alemã da mesma maturidade caiu 45p.b., para -0,19%, tendo inclusivamente durante o período atingido o nível mínimo de -0,71%. Não obstante a queda das *yields* das obrigações do tesouro da Alemanha ter sido inferior às dos EUA, o desempenho dos mercados das duas regiões foi semelhante, dado o estreitamento dos prémios de risco dos restantes Estados-membros. Para este movimento contribuíram os desenvolvimentos positivos das questões latentes em torno do projeto europeu e o novo programa de compra de ativos do BCE. Especificamente, destacaram-se as variações de +11% do índice de Itália, país no qual emergiu uma nova coligação governativa com uma postura menos confrontacional com as autoridades europeias, e +9% do índice de Portugal.

Os mercados de **Obrigações de Dívida Privada - Crédito** registaram performances transversalmente positivas, em especial nos segmentos de emissões em dólares. A conjuntura de queda global de taxas de juro, com a retórica das autoridades monetárias direcionada para uma nova vaga de medidas acomodáticas, influenciou a procura por ativos de rendimento que apresentam um valor potencial superior. Em concreto, a classe foi beneficiada pelas expectativas, e posterior implementação, de um novo programa de compra de ativos por parte do BCE, o qual incluiu dívida de emitentes privados. Neste ambiente, verificou-se uma redução expressiva dos prémios de risco (*spreads*) em todos os setores económicos. Os



segmentos americanos de *Investment Grade* (maior qualidade creditícia) e de *High Yield* (menor qualidade creditícia), em virtude da sua maturidade superior e da maior queda das *yields*, registaram rendibilidades de cerca de 14%, enquanto os mesmos em euros valorizaram entre 6% e 11%, respetivamente. Estas valorizações ocorreram num contexto de aumento dos níveis de incumprimento que continuam, contudo, em patamares historicamente baixos. De acordo com a informação publicada pela *Moody's*, a taxa média de incumprimento global dos emitentes de risco especulativo, nos últimos 12 meses, aumentou para 3,0%, face ao registo de dezembro de 2018, de 2,4%.

Rendibilidades dos Mercados de Obrigações

	2018	2019
Obrigações do Tesouro		
EUA	0,9%	6,9%
Área Euro	1,0%	6,8%
Alemanha	2,4%	3,0%
Itália	-1,3%	10,6%
Portugal	3,0%	8,5%
Obrigações de Dívida Privada - Crédito		
<i>Investment Grade</i> em dólares	-2,5%	14,5%
<i>Investment Grade</i> em euros	-1,3%	6,3%
<i>High Yield</i> em dólares	-2,1%	14,3%
<i>High Yield</i> em euros	-3,8%	11,3%

Fonte: Barclays

Os mercados de **Obrigações de Dívida Privada - Crédito** registaram performances transversalmente positivas, em especial nos segmentos de emissões em dólares. A conjuntura de queda global de taxas de juro, com a retórica das autoridades monetárias direcionada para uma nova vaga de medidas acomodáticas, influenciou a procura por ativos de rendimento que apresentam um valor potencial superior. Em concreto, a classe foi beneficiada pelas expectativas, e posterior implementação, de um novo programa de compra de ativos por parte do BCE, o qual incluiu dívida de emitentes privados. Neste ambiente, verificou-se uma redução expressiva dos prémios de risco (*spreads*) em todos os setores económicos. Os segmentos americanos de *Investment Grade* (maior qualidade creditícia) e de *High Yield* (menor qualidade creditícia), em virtude da sua maturidade superior e da maior queda das *yields*, registaram rendibilidades de cerca de 14%, enquanto os mesmos em euros valorizaram entre 6% e 11%, respetivamente. Estas valorizações ocorreram num contexto de aumento dos níveis de incumprimento que continuam, contudo, em patamares historicamente baixos. De acordo com a informação publicada pela *Moody's*, a taxa média de incumprimento global dos emitentes de risco especulativo, nos últimos 12 meses, aumentou para 3,0%, face ao registo de dezembro de 2018, de 2,4%.

Os mercados de **Ações** estiveram em destaque num período em que se registou um abrandamento substancial do crescimento dos lucros. Desta forma, o índice de ações *MSCI* Global em euros obteve uma rendibilidade de 30%, a mais elevada dos últimos 10 anos, com ganhos na generalidade das geografias e setores. Estas fortes valorizações mais que compensaram as correções registadas no final de 2018. Em termos geográficos, o índice de referência americano *S&P 500* valorizou 31%, num ano em que as suas empresas constituintes continuaram a beneficiar de uma melhor envolvente económica e corporativa e que se traduziu numa evolução mais favorável dos seus resultados face a outras regiões. No que respeita à Área Euro, o índice *MSCI* subiu 26%, destacando-se o *FTSE MIB* italiano e o *CAC40* francês, ambos com uma rendibilidade superior a 30%, face às variações mais modestas dos índices *IBEX* espanhol e do *PSI20* português, em torno de 16%. O índice britânico, *FTSE*, concomitantemente à instabilidade decorrente do “*Brexit*”, registou uma valorização de apenas 17%. Por fim, as performances mais fracas dos mercados emergentes face aos desenvolvidos, ocorreram num ambiente de manutenção das incertezas em torno do comércio internacional, em boa parte, resultantes dos atrasos na celebração do acordo entre os EUA e a China, adiada para o início de 2020. Em termos setoriais, ainda que todos os registos tenham sido positivos, realçaram-se as empresas tecnológicas, as industriais e as de consumo discricionário. Os dois



últimos setores foram também beneficiados pelo maior volume de fusões e aquisições, num ano em que o montante agregado destas operações corporativas se manteve estável.

Rendibilidades dos Mercados de Ações

	referência	2018	2019
Global (em euros)		-4,8%	28,9%
Desenvolvidos (em euros)		-4,1%	30,0%
Emergentes (em euros)		-10,3%	20,6%
EUA	<i>S&P 500</i>	-4,4%	31,5%
Área Euro	<i>MSCI</i>	-12,7%	25,5%
Itália	<i>FTSEMIB</i>	-13,2%	33,8%
França	<i>CAC40</i>	-8,9%	29,2%
Espanha	<i>IBEX</i>	-12,2%	15,7%
Portugal	<i>PS20</i>	-8,7%	15,1%
Reino Unido	<i>FTSE</i>	-8,7%	17,3%
Japão	<i>Nikkei</i>	-10,7%	20,2%

Em relação ao mercado **Cambial**, o euro manteve a tendência de depreciação não só face ao dólar mas também comparativamente às principais moedas. Por um lado, a moeda única foi penalizada pelo maior abrandamento verificado na região, pelas tensões comerciais (tanto entre os EUA e a China, como entre os EUA e a União Europeia) e pela retórica mais acomodatória evidenciada pelo BCE. Desta forma, embora em 2019 se tenha assistido a uma diminuição da incerteza em torno dos focos de risco político na região, tal foi insuficiente para suportar a recuperação do euro ao longo do ano. Desta forma, em termos anuais, a libra, o iene e o dólar apreciaram face ao euro 6,3%, 3,2% e 2,3%, respetivamente. De entre as principais moedas, a britânica patenteou a segunda melhor performance anual (somente ultrapassada pelo dólar canadiano), em resultado da redução do risco de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo.

Mercado Cambial (variações face ao euro)

	2018	2019
Dólar americano	4,7%	2,3%
Iéne	7,5%	3,2%
Libra	-1,2%	6,3%
Franco suíço	3,8%	3,9%
Dólar canadiano	-3,5%	7,4%

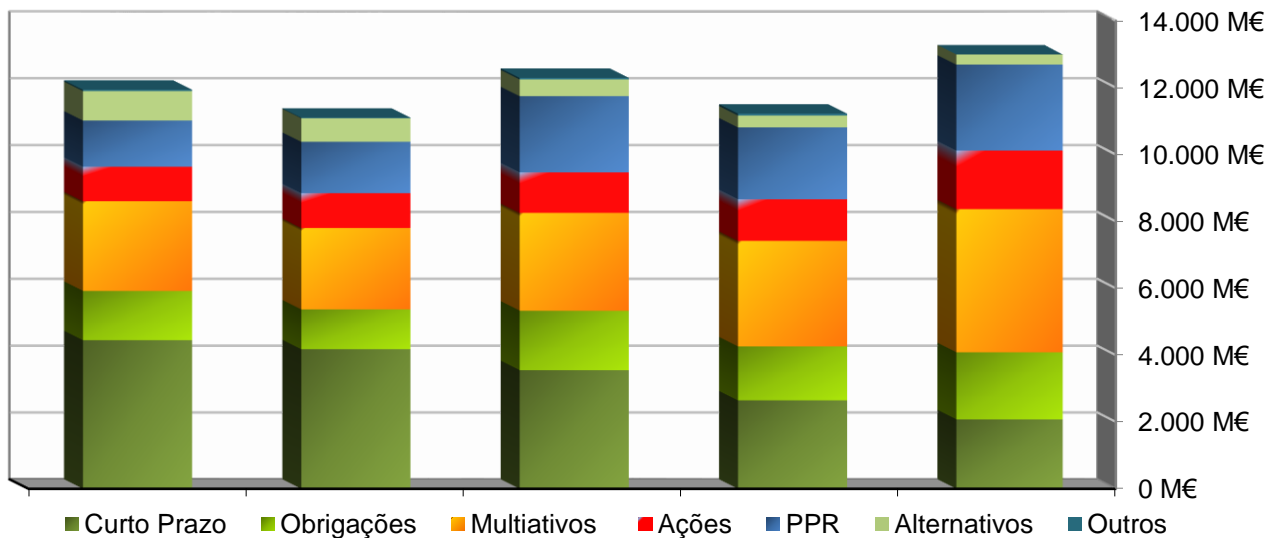
Por fim, o mercado de **Matérias-primas**, de acordo com o índice de referência em dólares, encerrou o ano com uma rendibilidade de 8%, beneficiando dos contributos positivos de todos os segmentos. Em termos individuais, salientaram-se os metais preciosos e a energia ao valorizarem 17% e 12%, respetivamente. Os principais fatores influenciadores da performance da classe foram as tensões comerciais entre os EUA e a China e a instabilidade no Médio Oriente, nomeadamente os ataques ocorridos no estreito de Ormuz e às infraestruturas petrolíferas da Arábia Saudita. Estes vieram aumentar os receios de abrandamento da economia mundial, afetando negativamente a evolução de algumas matérias-primas, em especial as mais cíclicas, tais como os metais industriais. Na componente energética, a instabilidade no Médio Oriente e a concertação da OPEP para reduzir a produção de petróleo suportaram os preços que, tanto nos EUA (*WTI*) como no Mar do Norte (*Brent*), subiram cerca de 35% no ano. Por seu turno, num contexto de queda das taxas de juro, o ouro subiu cerca de 18%, para um nível semelhante ao atingido em setembro do ano transato, o que representou o máximo de 6 anos. Já a componente de agricultura, pelo contínuo adiamento do acordo comercial EUA-China apresentou uma variação mais modesta, de 2%, apesar dos efeitos positivos nos preços associados às más condições atmosféricas em algumas regiões.



MERCADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO EM PORTUGAL

Em 2019, os fundos mobiliários portugueses fecharam o ano com 12.994,5 Milhões de Euros (M€) sob gestão, o que reflete um acréscimo de 15,8% face ao ano anterior.

Os Fundos Multiativos representam o principal segmento de mercado com uma quota de 33% que registou um crescimento de 35,5% no decorrer do ano. Em segundo lugar, os fundos PPR com uma quota de 20%, com subscrições líquidas de 284,7 M€. Em terceiro lugar, surgem os Fundos de Obrigações com uma quota 16%.



Fonte: APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, de Pensões e Patrimónios

Ao longo do ano em análise foram lançados 9 novos fundos, liquidados 4 e incorporados 4 fundos, aumentando o número de fundos mobiliários em atividade de 157 para 158 fundos.

No final do ano, as quatro maiores gestoras de fundos mobiliários portuguesas concentravam 90% do mercado, valor semelhante ao do ano anterior (91,3%). A Caixa Gestão de Ativos (33,8%) reforçou a liderança do mercado, seguida pelas gestoras: BPI GA (20,0%), IM GA (18,4%) e Santander (17,9%).



ATIVIDADE DO FUNDO

Caracterização

O CAIXA OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações, anteriormente denominado (adiante designado por Fundo), iniciou a sua atividade em 15 de novembro de 1993 e é comercializado na Caixa Geral de Depósitos e no Banco Best.

O Fundo tem como objetivo principal, proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira de ativos de taxa fixa, visando a obtenção de uma rentabilidade a médio e longo prazo adequada ao nível de risco que este tipo de ativos normalmente comporta.

O Fundo investe nos mercados indicados na sua política de investimentos e o seu património é constituído por ativos de taxa fixa, nomeadamente, por obrigações e obrigações hipotecárias, denominados em euros e emitidas por entidades públicas ou privadas sedeadas na OCDE. O Fundo investe um mínimo de 80% do seu valor líquido global em obrigações. As obrigações de Taxa Fixa representam mais de 50% do valor líquido global do fundo.

Estratégia de investimento

O Fundo teve uma rentabilidade positiva em 2019, na sequência de quedas nas taxas de juro e estreitamentos dos spreads da periferia, suportados por discursos de representantes dos bancos centrais a sinalizarem taxas de referência mais baixas e, no caso do BCE, a implementarem

No início de 2019, a gestão do Fundo privilegiou um posicionamento de maior exposição a obrigações de dívida soberana de países da zona core (em particular Alemanha) em detrimento da exposição a Itália, tendo em conta as disputas orçamentais entre o governo deste país e a Comissão Europeia. Este posicionamento de sub-exposição em Itália manteve-se até meados de maio, tendo o Fundo revertido totalmente esta situação de forma a beneficiar de uma maior disponibilidade por parte do BCE para políticas económicas expansionistas (dada a desaceleração económica global), bem como um decréscimo por parte do governo italiano no confronto institucional com a Comissão Europeia. Por outro lado, realça-se que no segundo semestre do ano, incrementou-se a exposição a dívida italiana, tendo-se beneficiado do estreitamento expressivo dos spreads deste país com o término da coligação Lega / M5S, substituída por um governo de centro-esquerda liderada pelo mesmo Primeiro-Ministro Giuseppe Conte.

Em 2019, o Fundo manteve uma exposição reduzida a obrigações hipotecárias e de dívida privada face ao que foi o peso nestes segmentos durante grande parte do ano anterior, tendo em conta o menor valor identificado. Com o intuito de captar prémios de risco considerados atrativos, o Fundo participou, de forma seletiva, em emissões no mercado primário de dívida pública.

No atual enquadramento de bancos centrais pró-ativos no sentido de tentar inverter a desaceleração económica, ao mesmo tempo que alertam para uma maior necessidade de expansionismo fiscal (principalmente na Zona Euro), a estratégia de gestão do Fundo continuará a pautar-se pela captação de movimentos nas yields de referência e/ou variação nos spreads da periferia sempre acompanhada por uma abordagem de preservação de capital, dentro dos parâmetros da sua política de investimento.

Avaliação do desempenho

Em 31 de dezembro de 2019, o valor líquido global do Fundo ascendia a 41.562.127,30 euros, repartidos por 3.258.524,6427 unidades de participação, detidas por 1.699 participantes. Nos últimos doze meses, o fundo teve uma rentabilidade de 5,63 % e uma volatilidade de 3,46% (classe de risco3).



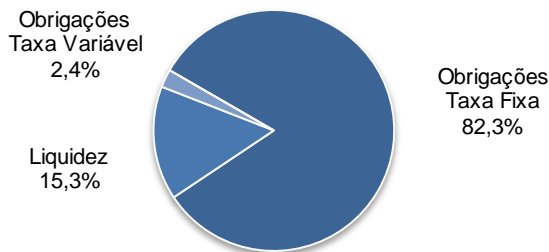
Demonstração do património a 31 de dezembro de 2019

Valores em euros

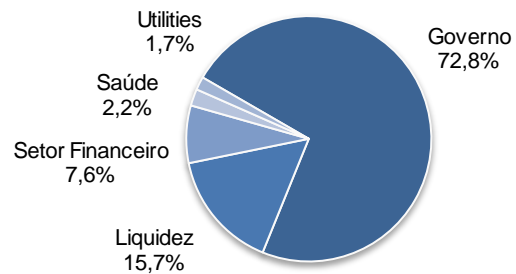
Valores Mobiliários	34.954.589,73
Saldos Bancários	8.554.254,70
Outros Ativos	557.710,36
Total dos Ativos	44.066.554,79
Passivo	2.504.427,49
Valor Líquido de Inventário	41.562.127,30

Composição da Carteira a 31 de dezembro de 2019

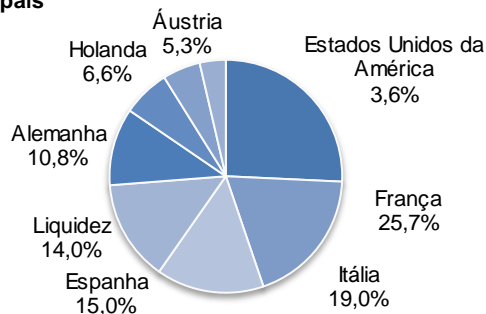
por tipo de ativo



por setor



por país



5 maiores publicações

BTPS 4% 2/2037	10,8%
FRTR 4.25% 10/2023	10,0%
FRTR 0.25% 11/26	9,9%
SPGB 6% 31/01/2029	7,4%
NETHER 0.75% 07/28	4,9%

Dados Históricos

Valores em euros

Ano	Valor Líquido	Número de UPs	Valor UP	Rendibilidade	Classe de Risco
2010	26.329.310,38	2.830.532,5149	9,3019	- 3,54%	4
2011	18.228.162,81	1.969.103,8360	9,2571	- 0,49%	4
2012	18.415.513,56	1.788.091,4655	10,2990	11,19%	3
2013	18.322.907,74	1.757.928,6508	10,4230	1,21%	3
2014	35.032.434,51	3.035.428,1429	11,5412	10,73%	3
2015	37.509.429,84	3.211.459,7602	11,6799	1,21%	3
2016	51.361.148,57	4.270.783,3189	12,0262	2,95%	3



Ano	Valor Líquido	Número de UPs	Valor UP	Rendibilidade	Classe de Risco
2017	40.589.298,41	3.674.229,2482	13,8706	0,40%	3
2018	30.507.250,85	2.526.575,8475	12,0745	0,00%	3
2019	41.562.127,30	3.258.524,6427	12,7549	5,63%	3

A rendibilidade e a classe de risco referem-se aos últimos os 12 meses

Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

A Rendibilidade e a Classe de Risco referem-se aos últimos doze meses. *As rendibilidades divulgadas representam dados passados e não garantem rendibilidades futuras. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função da classe de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).*

valores em euros

	2016	2017	2018	2019
Proveitos e Ganhos	8.670.755	6.838.993	7.423.868	6.507.247
Custos e Perdas	8.356.487	6.724.989	7.512.582	4.715.563
Resultado Líquido	314.269	114.004	-88.714	1.791.684

Impostos, Comissões e Taxas	2016	2017	2018	2019
- Impostos	22.744	22.660	19.047	31.245
- Comissão de Gestão	406.004	409.240	351.137	299.594
- Comissão de Gestão Variável	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Outras Comissões e Taxas	290	541	2.016	659
- Comissão de Depósito	45.112	45.471	39.015	33.288
- Comissões e Taxas indiretas	0	0	0	0
- Taxa de Supervisão	7.260	6.527	5.484	4.857
- Custos de Auditoria	4.305	2.706	2.706	2.706
- Custos de Transação	0	0	0	0

Custos suportados pelos participantes	2016	2017	2018	2019
- Comissões de Subscrição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
- Comissões de Resgate	5.846	1.479	3.144	1.425

n.a. – não aplicável

Lisboa, 12 de fevereiro de 2020

Fernando Maximiano

Paula Geada



CAIXA OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


BALANÇOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO					
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2019			31-12-2018	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2019	31-12-2018	
			Bruto	Mv	mv/P	Líquido				Líquido		
CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO OIC					
21	Obrigações	3	34.345.980	948.554	339.944	34.954.590	28.125.279	61	Unidades de Participação	1	16.253.452	12.602.507
22	Ações		-	-	-	-	-	62	Variações Patrimoniais	1	-71.787.365	-77.399.612
23	Outros Títulos de Capital		-	-	-	-	-	64	Resultados Transitados	1	95.304.356	95.393.070
24	Unidades de Participação		-	-	-	-	-	65	Resultados Distribuídos		-	-
25	Direitos		-	-	-	-	-	67	Dividendos Antecipados das SIM		-	-
26	Outros Instrumentos de Dívida		-	-	-	-	-	66	Resultados Líquidos do Exercício	1	1.791.684	-88.714
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS		34.345.980	948.554	339.944	34.954.590	28.125.279		TOTAL DO CAPITAL DO OIC		41.562.127	30.507.251
OUTROS ACTIVOS							PROVISÕES ACUMULADAS					
31	Outros Ativos da Carteira		-	-	-	-	-	48	Provisões para Encargos		-	-
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS		-	-	-	-	-		TOTAL PROVISÕES ACUMULADAS		-	-
TERCEIROS							TERCEIROS					
411+...+418	Contas de Devedores	17	290.482	-	-	290.482	1.441.548	421	Resgates a Pagar a Participantes	17	56.138	192.786
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER		290.482	-	-	290.482	1.441.548	422	Rendimentos a Pagar a Participantes		-	-
DISPONIBILIDADES							423					
11	Caixa		-	-	-	-	-	423	Comissões a Pagar	17	34.159	27.693
12	Depósitos à Ordem	3	7.604.255	-	-	7.604.255	734.257	424+...+429	Outras Contas de Credores	17	2.414.131	70.442
13	Depósitos a Prazo e com pré-aviso	3	950.000	-	-	950.000	-	43+12	Empréstimos Obtidos		-	-
14	Certificados de Depósito		-	-	-	-	-	44	Pessoal		-	-
18	Outros Meios Monetários		-	-	-	-	-	46	Acionistas		-	-
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		8.554.255	-	-	8.554.255	734.257		TOTAL DOS VALORES A PAGAR		2.504.428	290.921
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
51	Acréscimos de Proveitos	17	254.137	-	-	254.137	536.725	55	Acréscimos de Custos	17	-	4.904
52	Despesas com Custo Diferido	17	12.371	-	-	12.371	-	56	Receitas com Provento Diferido	17	-	33.473
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	720	-	-	720	-	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	-	1.260
59	Contas Transitórias Activas		-	-	-	-	-	59	Contas Transitórias Passivas		-	-
	TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. ACTIVOS		267.228	-	-	267.228	536.725		TOTAL DOS ACRÉSCIMOS E DIF. PASSIVOS		-	39.637
	TOTAL DO ACTIVO		43.457.945	948.554	339.944	44.066.555	30.837.809		TOTAL DO CAPITAL E DO PASSIVO		44.066.555	30.837.809
	Total do Nº de Unidades de Participação	1				3.258.525	2.526.576		Valor Unitário da Unidade de Participação	1	12,7549	12,0745

Abreviaturas: MV - Mais Válias; mv - Menos Válias; P - Provisões.

**CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

DIREITOS SOBRE TERCEIROS					RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2019	31-12-2018	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2019	31-12-2018
OPERAÇÕES CAMBIAIS					OPERAÇÕES CAMBIAIS				
911	À vista		-	-	911	À vista		-	-
912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-	912	A prazo (Forwards cambiais)		-	-
913	Swaps cambiais		-	-	913	Swaps cambiais		-	-
914	Opções		-	-	914	Opções		-	-
915	Futuros		-	-	915	Futuros		-	-
	TOTAL		<u>-</u>	<u>-</u>		TOTAL		<u>-</u>	<u>-</u>
OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO					OPERAÇÕES SOBRE TAXAS DE JURO				
921	Contratos a prazo (FRA)		-	-	921	Contratos a prazo (FRA)		-	-
922	Swap de taxa de juro		-	-	922	Swap de taxa de juro		-	-
923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-	923	Contratos de garantia de taxa de juro		-	-
924	Opções		-	-	924	Opções		-	-
925	Futuros	12	-	2.167.440	925	Futuros	12	1.534.410	3.761.420
	TOTAL		<u>-</u>	<u>2.167.440</u>		TOTAL		<u>1.534.410</u>	<u>3.761.420</u>
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES					OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES				
934	Opções		-	-	934	Opções		-	-
935	Futuros		-	-	935	Futuros		-	-
	TOTAL		<u>-</u>	<u>-</u>		TOTAL		<u>-</u>	<u>-</u>
COMPROMISSOS DE TERCEIROS					COMPROMISSOS COM TERCEIROS				
942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-	941	Subscrição de títulos		-	-
944	Valores recebidos em garantia		-	-	942	Operações a prazo (reporte de valores)		-	-
945	Empréstimo de títulos		-	-	943	Valores cedidos em garantia		-	-
	TOTAL		<u>-</u>	<u>-</u>		TOTAL		<u>-</u>	<u>-</u>
	TOTAL DOS DIREITOS		<u>-</u>	<u>2.167.440</u>		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		<u>1.534.410</u>	<u>3.761.420</u>
99	Contas de Contrapartida		<u>1.534.410</u>	<u>3.761.420</u>	99	Contas de Contrapartida		<u>-</u>	<u>2.167.440</u>


DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2019	31-12-2018	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	31-12-2019	31-12-2018
CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS					JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS				
712+713	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	198.616	505.185	812 + 813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	787.748	1.430.110
711+714+717+718	De Operações Correntes	5	446	-	811+814+817+818	De Operações Correntes	5	285	129
719	De Operações Extrapatrimoniais	5	2.864	6.386	819	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
COMISSÕES E TAXAS					RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
722+ 723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-		Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-
724+...+728	Outras, em Operações Correntes	5	338.399	397.652	822+...+824/5	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos		-	-
729	De Operações Extrapatrimoniais	5	222	637	829	De Operações Extrapatrimoniais		-	-
PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS					GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				
732 + 733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	2.617.106	3.786.068		Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	4.002.514	3.195.709
731+...+738	Outras, em Operações Correntes		-	-	832 + 833	Outras Operações Correntes		-	-
739	Em Operações Extrapatrimoniais	5	1.523.140	2.794.902	831+838	Em Operações Extrapatrimoniais	5	1.716.700	2.797.920
IMPOSTOS					REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES				
7411 + 7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		-	-		Para Riscos e Encargos		-	-
7412 + 7422	Impostos Indirectos	9	31.245	19.046	851			-	-
7418 + 7428	Outros Impostos		-	-				-	-
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO				87	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		-	-
751	Provisões para Encargos		-	-				-	-
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		3.525	2.706					
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)		4.715.563	7.512.582		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)		6.507.247	7.423.868
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS					PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS				
781	Valores Incobráveis		-	-	881	Recuperação de Incobráveis		-	-
782	Perdas Extraordinárias		-	-	882	Ganhos Extraordinários		-	-
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	-	883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		-	-
788	Outros Custos e Perdas Eventuais		-	-	888	Outros proveitos e Ganhos Eventuais		-	-
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (E)		-	-		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (F)		-	-
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se»0)		1.791.684	-	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se«0)		-	88.714
	TOTAL		6.507.247	7.512.582		TOTAL		6.507.247	7.512.582
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos E Outros Ativos		1.974.540	334.566	F-E	Resultados Eventuais		-	-
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais		190.474	-4.005	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos		1.791.684	-88.714
B-A	Resultados Correntes		1.791.684	-88.714	B+D+F-A-C-E+63	Resultado Líquido do Período		1.791.684	-88.714

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em Euros)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	NOTAS	31-12-2019	31-12-2018
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Subscrição de unidades de participação		20.744.834	14.856.527
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Resgates de unidades de participação		11.618.289	24.876.965
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		9.126.545	-10.020.438
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Venda de títulos e outros ativos da carteira		36.949.606	52.759.964
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira		800.000	-
Juros e proveitos similares recebidos		1.070.621	1.404.681
Outros recebimentos relacionados com a carteira		-	-
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Compra de títulos e outros activos		39.797.046	43.705.351
Juros e custos similares pagos		198.616	505.185
Outras taxas e comissões		364	393
Outros pagamentos relacionados com a carteira		-	-
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros activos		-1.175.799	9.953.716
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Operações de taxa de juro		-	-
Margem inicial em contratos de futuros e opções		300.000	-
Outras comissões		-	-
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Operações de taxa de juro		-	-
Margem inicial em contratos de futuros e opções		361	-
Outras comissões pagas		-	-
Fluxo das operações a prazo e de divisas		299.639	-
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Juros de depósitos bancários		-	462
Vencimento de depósitos a prazo e com pré-aviso		-	912.000
Outros recebimentos correntes		-	-
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Comissão de gestão		294.952	359.229
Comissão de depósito		32.773	39.914
Juros devedores de depósitos bancários		445	-
Constituição de depósitos a prazo e com pré-aviso		950.000	-
Imposto e taxas		99.511	114.881
Auditoria		2.706	2.706
Outros pagamentos correntes		-	-
Fluxo das operações de gestão corrente		-1.380.387	395.732
OPERAÇÕES EVENTUAIS			
<i>RECEBIMENTOS:</i>			
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		-	-
<i>PAGAMENTOS:</i>			
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		-	-
Fluxo das operações eventuais		-	-
Saldo dos fluxos de caixa do período (A)		6.869.998	329.010
Efeito das Diferenças de Câmbio		-	-
Disponibilidades no início do período (B)	3	734.257	405.247
Disponibilidades no fim do período (C) = (B) + (A)	3	7.604.255	734.257



DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O CAIXA OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações, anteriormente denominado de Caixagest Obrigações Longo Prazo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (adiante designado por “Fundo”) foi autorizado em 24 de março de 1992, por portaria do Ministro das Finanças, tendo iniciado a sua atividade em 15 de novembro de 1993.

Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem como objetivo principal proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira de ativos de taxa fixa, visando a obtenção de uma rentabilidade a médio e longo prazo adequada ao nível de risco que este tipo de ativos normalmente comporta.

Sendo um Fundo de obrigações de Taxa Fixa, o seu património será composto por ativos desta natureza, nomeadamente, por obrigações e obrigações hipotecárias denominadas em Euros e emitidas por entidades públicas ou privadas. O Fundo investirá, diretamente ou indiretamente, um mínimo de 80% do seu valor líquido global em obrigações. As obrigações de Taxa Fixa representarão mais de 50% do valor líquido global do Fundo.

Os capitais do fundo podem ser investidos até 100% em valores mobiliários emitidos ou garantidos por um Estado membro da Comunidade Europeia e organismos internacionais de carácter público a que pertençam um ou mais estados membros, desde que respeitem a, pelo menos, seis emissões diferentes e que os valores pertencentes a uma mesma emissão não excedam 30% do valor global do fundo.

O Fundo poderá deter também ativos de curto prazo, nomeadamente bilhetes do tesouro, certificados de depósito, depósitos bancários, papel comercial e aplicações nos mercados interbancários na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate de unidades de participação e a uma gestão eficiente do Fundo.

Ao Fundo está vedado o investimento em ações, obrigações convertíveis ou obrigações que confiram o direito de subscrição de ações ou de aquisição a outro título de ações. O Fundo não pode investir mais de 10% do seu valor líquido global em unidades de participação de fundos de investimento.

O Fundo poderá vir a efetuar a cobertura dos riscos de variação do preço dos ativos em carteira ou de variabilidade dos rendimentos. Para o efeito o Fundo poderá contratar derivados (Futuros, Opções, Swaps, Forward's) de taxa de juro, de crédito e de câmbios. Com o objetivo de obter uma exposição adicional aos diferentes mercados em que investe, o Fundo também poderá transacionar derivados (Futuros, Opções, Swaps, Forward's).

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas numa ótica de continuidade e estão apresentadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano Contabilístico dos Organismos de Investimento Coletivo, emitido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência das competências que lhe foram atribuídas pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro, alterada pelo Decreto-Lei nº 124/2015 de 7 de julho.



Principais políticas contábilísticas

As políticas contábilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de Exercícios

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com a especialização do exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento e pagamento.

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos.

b) Unidades de participação

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do Fundo, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

Na determinação da composição da carteira são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas até esse momento.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de resgate se refere. O pedido de resgate é realizado a preço desconhecido.

c) Títulos

No que diz respeito ao critério valorimétrico dos títulos, os mesmos são valorizados de acordo com as regras estabelecidas no Prospeto do Fundo, as quais são descritas na Nota 4 do presente anexo. O critério valorimétrico para a saída de títulos de carteira utilizado foi o método de custeio FIFO.

d) Comissão de gestão

A comissão de gestão constitui um encargo do Fundo, a título de remuneração dos serviços de gestão de seu património que lhe são prestados pela Sociedade Gestora, sendo registada na rubrica de "Comissões".

Assim, o Fundo paga à entidade responsável pela gestão uma comissão nominal fixa anual de 0,90%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo antes de comissões e taxa de supervisão, e liquidada mensal e postecipadamente. A partir de 1 de janeiro de 2019, passou a incidir sobre esta comissão Imposto de Selo à taxa legalmente em vigor.

e) Comissão de depositário

Esta comissão destina-se a fazer face às despesas do banco depositário relativas aos serviços prestados ao Fundo.

O Fundo paga ao depositário uma comissão nominal fixa anual de 0,10%, calculada diariamente sobre o valor do património líquido do Fundo antes de comissões e taxa de supervisão, e liquidada mensal e postecipadamente. A partir de 1 de janeiro de 2019, passou a incidir sobre esta comissão Imposto de Selo à taxa legalmente em vigor.

f) Outros encargos

Para além dos encargos de gestão e de depósito, o Fundo suporta os encargos decorrentes das transações de valores efetuadas por sua conta, no quadro da política de investimentos estabelecida no Prospeto, designadamente: taxas de corretagem, de realização de operações de Bolsa ou fora de Bolsa, encargos fiscais, bem como os custos de auditoria obrigatórios.

O Fundo incorpora ainda custos de research, orçamentados para o ano de 2019 pelo valor máximo de 0,002%/ano sobre o VLGf, enquanto instrumento indispensável à análise desenvolvida internamente, no sentido de permitir o robustecimento da proposta de valor da sociedade gestora, assente na necessidade de recurso a apoio especializado externo, dada a abrangência global e multiplicidade de classes de ativos a considerar nas estratégias de investimento. O montante dos custos a afetar ao Fundo decorre da “Metodologia de imputação de custos com estudos de investimento”, constante da Política interna da sociedade gestora, que define que os mesmos são refletidos diariamente, nas diferentes carteiras, pela parte proporcional (método pro rata) do valor médio das mesmas.

Adicionalmente, o Fundo paga à CMVM uma taxa mensal, liquidada mensal e postecipadamente. Esta taxa é calculada sobre o património líquido do Fundo, correspondente ao último dia do mês.

g) Política de rendimentos

O Fundo não distribuirá rendimentos, sendo os mesmos capitalizados na totalidade.

h) Regime fiscal

O Decreto-Lei n.º 7/2015 entrou em vigor no dia 1 de julho de 2015, tendo sido estabelecido, no seu artigo 7.º, um regime transitório, a ser aplicado por referência a 30 de junho de 2015.

No que respeita a mais-valias e menos-valias, o regime transitório estabelece que as mais-valias e menos-valias que não respeitem a bens imóveis, adquiridos na vigência do anterior regime (até 30 de Junho de 2015) são apuradas e tributadas nos termos do anterior regime, considerando-se como valor de realização o seu valor de mercado à data de 30 de Junho de 2015, devendo o respetivo imposto ser entregue através de declaração Modelo 22 correspondente ao período em que os ativos sejam resgatados, reembolsados, amortizados, liquidados ou transmitidos, sendo a diferença entre o valor da contraprestação e o valor de mercado a 30 de Junho de 2015 tributada nos termos do novo regime.

A partir de 1 de julho de 2015, o Fundo passou a ser tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual.

O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no nº2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo encontra-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC.

O Fundo encontra-se igualmente sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC. (e.g. declaração Modelo 22 do IRC, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).



No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 6/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, desmaterializadas, com características iguais e sem valor nominal, assumindo a forma escritural, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcional ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo durante o exercício de 2019 foi o seguinte:

	31-12-2018	Subscrições	Resgates	Outros	Res. líq. do exerc.	31-12-2019
Valor base	12.602.507	8.162.140	-4.511.194	-	-	16.253.452
Diferença p/ Valor Base	-77.399.612	12.582.694	-6.970.447	-	-	-71.787.365
Resultados transitados	95.393.070			-88.714	-	95.304.356
Resultados distribuídos	-			-	-	-
Resultado líquido do exercício	-88.714			88.714	1.791.684	1.791.684
	<u>30.507.251</u>	<u>20.744.834</u>	<u>-11.481.641</u>	<u>-</u>	<u>1.791.684</u>	<u>41.562.127</u>
Nº de unidades de participação	<u>2.526.576</u>	<u>1.636.362</u>	<u>-904.413</u>			<u>3.258.525</u>
Valor da unidade de participação	<u>12,0745</u>	<u>12,6774</u>	<u>12,6951</u>			<u>12,7549</u>



O valor líquido global do Fundo, em termos globais e unitários, assim como o número de unidades de participação em circulação apresentaram a seguinte evolução:

Ano	Mês	VLGF	Valor da UP	N.º Ups em Circulação
2019	Mar	32.129.314	12,3336	2.605.030
	Jun	34.096.869	12,6737	2.690.365
	Set	31.716.409	13,0857	2.423.748
	Dez	41.562.127	12,7549	3.258.525
2018	Mar	43.544.786	12,1957	3.570.496
	Jun	44.540.819	12,0849	3.685.651
	Set	30.424.659	11,9476	2.546.506
	Dez	30.507.251	12,0745	2.526.576
2017	Mar	52.154.164	11,8850	4.388.218
	Jun	43.900.887	11,9483	3.674.229
	Set	42.779.433	12,0382	3.553.632
	Dez	40.589.298	12,0742	3.361.661

A 31 de dezembro de 2019 e a 31 de dezembro de 2018 a divisão do número de participantes por escalão do Fundo era a seguinte:

Escalões	31-12-2019	31-12-2018
UPs < 0,5%	1.689	1.912
0,5% ≤ UPs < 2%	7	13
2% ≤ UPs < 5%	2	2
5% ≤ UPs < 10%	-	2
UPs ≥ 25%	1	-
	<u>1.699</u>	<u>1.929</u>

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS, SUBSCRIÇÕES E RESGATES

Durante os exercícios de 2019 e 2018, o volume de transações efetuadas pelo fundo, por tipo de valor mobiliário, são os que se seguem:

	31-12-2019					
	Compras		Vendas		Total	
	Mercado	Fora Merc.	Mercado	Fora Merc.	Mercado	Fora Merc.
Dívida Pública	31.273.407	-	30.758.012	-	62.031.418	-
Obrigações Diversas	8.523.639	-	6.991.594	-	15.515.233	-
Contratos de Futuros	21.559	-	21.693	-	43.251	-
	<u>39.818.604</u>	<u>-</u>	<u>37.771.299</u>	<u>-</u>	<u>77.589.903</u>	<u>-</u>



CAIXA OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO

	31-12-2018					
	Compras		Vendas		Total	
	Mercado	Fora Merc.	Mercado	Fora Merc.	Mercado	Fora Merc.
Dívida Pública	42.905.435	-	48.899.615	-	91.805.050	-
Obrigações Diversas	799.916	-	3.860.349	-	4.660.265	-
Contratos de Futuros	44.984	-	42.958	-	87.942	-
	43.750.335	-	52.802.922	-	96.553.257	-

Subscrições e resgates

No resgate de unidades de participação será cobrada ao participante uma comissão destinada a cobrir os custos de resgate. Esta comissão será deduzida do montante resgatado, variando em função dos prazos de detenção das unidades de participação, nos termos seguintes:

- 1,0% até 89 dias;
- 0,5% de 90 a 179 dias;
- 0,0% para prazos iguais ou superiores a 180 dias.

Quando o participante for um fundo de fundos administrado pela Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., não há lugar ao pagamento desta comissão. Adicionalmente, não são cobradas comissões de subscrição.

No apuramento da comissão de resgate, é utilizado o método contábilístico FIFO, ou seja, as unidades de participação inscritas em primeiro lugar são as primeiras a ser consideradas para efeitos de resgate.

O proveito proveniente da comissão de resgate, reverteu a favor da Entidade Comercializadora do Fundo.

Durante os exercícios de 2019 e 2018, o valor das subscrições e dos resgates, bem como as comissões de resgate cobradas aos participantes, foram os seguintes:

	Valor		Comissão cobrada	
	31-12-2019	31-12-2018	31-12-2019	31-12-2018
Subscrições	20.744.834	14.856.527	-	-
Resgates	11.481.641	24.849.860	1.425	3.144



3. INVENTÁRIO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

A 31 de dezembro de 2019, a carteira do Fundo decompõe-se conforme se apresenta:

	Preço de aquisição	Mais valias	menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
1 - VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
1.3 - Mercado de Bolsa de Estados Membros UE						
1.3.1 - Títulos de Dívida Pública						
DBR 2.5% 07/2044	705.090	62.450	-	767.540	3.709	771.249
DBR 1.5% 02/2023	539.880	-	-7.195	532.685	6.575	539.260
DBR 0.5% 08/27	256.006	-	-481	255.524	456	255.980
DBR 1.25% 08/48	1.483.979	-	-40.097	1.443.883	5.459	1.449.342
DBR 0.25% 02/2029	731.472	-	-536	730.937	-	730.937
FRTR 4.25% 10/2023	4.197.167	-	-57.297	4.139.870	27.637	4.167.507
FRTR 0.25% 11/26	4.200.154	-	-88.094	4.112.060	1.011	4.113.071
FRTR 2% 05/48	1.238.796	-	-18.055	1.220.741	4.831	1.225.571
SPGB 1.95% 07/2030	815.430	-	-13.115	802.316	5.781	808.096
SPGB 3.45% 07/66	377.638	98.711	-	476.349	4.383	480.732
SPGB 0.45% 10/22	1.365.467	24.650	-	1.390.117	1.037	1.391.154
BTPS 4% 2/2037	3.847.164	585.970	-	4.433.134	57.275	4.490.409
BTPS 4.5% 05/2023	1.708.985	258	-	1.709.243	11.312	1.720.554
BTPS 3.45% 03/48	655.925	-	-46.765	609.160	5.782	614.942
NETHER 0.75% 07/28	2.090.518	-	-44.931	2.045.588	5.574	2.051.161
RAGB 0.75% 10/26	1.998.652	24.193	-	2.022.845	2.393	2.025.238
IRISH 0% 10/22	1.005.124	6.716	-	1.011.840	-	1.011.840
SPGB 6% 31/01/2029	2.828.762	140.206	-	2.968.968	108.925	3.077.894
Sub-Total:	30.046.207	943.155	-316.564	30.672.797	252.140	30.924.937
1.3.3 - Obrigações diversas						
CXGD 1.25% 11/24	99.880	961	-	100.841	127	100.968
GALPNA 1.375% 09/23	209.000	-	-1.562	207.438	781	208.219
CMZB 0.25% 09/2024	199.306	-	-2.818	196.488	146	196.634
DSYFP 0% 09/2022	401.432	-	-648	400.784	-	400.784
LLOYDS Float 06/2024	400.000	3.950	-	403.950	38	403.988
GSK 0% 09/2023	400.736	-	-378	400.358	-	400.358
MET 0% 09/2022	300.189	-	-341	299.849	-	299.849
TMO 0.125% 03/2025	495.570	78	-	495.648	159	495.807
ANNGR 0.125% 04/2023	199.764	-	-336	199.428	59	199.487
NIBCAP 0.01% 10/2029	498.205	-	-15.968	482.238	11	482.248
ENELIM 0.375% 06/27	496.285	-	-1.330	494.955	390	495.345
Sub-Total:	3.700.367	4.989	-23.380	3.681.976	1.712	3.683.688
1.5 - Mercados Bolsa de Estados Não Membro UE						
1.5.3 - Obrigações diversas						
GE Float 05/2020	599.406	411	-	599.817	-	599.817
Sub-Total:	599.406	411	-	599.817	-	599.817
Total	34.345.980	948.554	-339.944	34.954.590	253.852	35.208.441

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante exercício de 2019 foi o seguinte:

	31-12-2018	Aumentos	Reduções	31-12-2019
Depósitos à ordem	734.257			7.604.255
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	950.000	-	950.000
	734.257	950.000	-	8.554.255



Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os depósitos à ordem (todos expressos em euros) encontram-se domiciliados nas seguintes instituições financeiras:

	31-12-2019	31-12-2018
Caixa Geral de Depósitos	7.596.723	726.649
Millennium BCP	7.020	7.020
Novo Banco	512	588
	<u>7.604.255</u>	<u>734.257</u>

4. CRITÉRIOS DE VALORIZAÇÃO DOS ATIVOS

4.1 Momento de referência da valorização

O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Na valorização diária dos ativos que integram o património do Fundo, tendo em vista o cálculo do valor da unidade de participação a divulgar no dia útil seguinte, os preços aplicáveis e composição da carteira serão determinados às 17 horas de cada dia útil.

Na determinação da composição da carteira, são consideradas todas as transações efetuadas e confirmadas, até esse momento.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de subscrição se refere. O pedido de subscrição é realizado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate será conhecido e divulgado no dia útil seguinte àquele a que o pedido de resgate se refere. O pedido de resgate é realizado a preço desconhecido.

4.2. Regras de valorimetria e cálculo do valor da unidade de participação

A valorização dos ativos integrantes do património do Fundo e o cálculo do valor da unidade de participação são efetuados de acordo com as normas legalmente estabelecidas, observando-se o seguinte:

- Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado são valorizados ao último preço verificado no momento de referência, difundido através da Bloomberg ou da Reuters.
- Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mais do que um mercado regulamentado são valorizados aos preços praticados no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela entidade responsável pela gestão.
- Os valores mobiliários, os instrumentos derivados e os restantes instrumentos negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a valores não negociados em mercado regulamentado, para efeitos de valorimetria.



- d) Os valores mobiliários não negociados em mercado regulamentado são valorizados ao valor médio das ofertas de compra e de venda firmes, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado: (i) valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, ou (ii) o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i). Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, e cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- e) As unidades de participação, quando não for possível aplicar as alíneas a) e b), são avaliadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade responsável pela gestão;
- a. desde que a data de divulgação do mesmo não diste mais de 3 meses da data de referência; ou
 - b. desde que, distando a data de divulgação do mesmo mais de 3 meses da data de referência, tal valor é o que reflete o justo valor atendendo às especificidades dos fundos de investimento mobiliário em que o Fundo invista.
- f) As posições cambiais são avaliadas em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência de valorização da carteira difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters, ou pelo Banco de Portugal.
- g) Os instrumentos financeiros derivados OTC são valorizados ao valor médio das ofertas de compra e de venda firmes, obtidas diretamente ou difundidas através de meios de informação especializados como sejam a Bloomberg ou a Reuters. Na impossibilidade da sua obtenção será utilizado: (i) valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas, caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, ou (ii) o valor médio das ofertas de compra ou venda (consoante se trate respetivamente, de posições longas ou curtas) difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas em (i). Em qualquer dos casos não são elegíveis ofertas ou médias de ofertas que incluam valores de ofertas de entidades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, e cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- h) Na impossibilidade da aplicação das alíneas d) ou g), a entidade responsável pela gestão recorre à aplicação de modelos teóricos que considere mais apropriados atendendo às características do ativo, sem prejuízo dos casos particulares abaixo indicados:
- a. Tratando-se de instrumentos financeiros em processo de admissão a um mercado regulamentado, pode a entidade responsável pela gestão adotar critérios que tenham por base a avaliação de instrumentos financeiros da mesma espécie emitidos pela mesma entidade e que se encontrem admitidos à negociação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões;
 - b. Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:
 - i. os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;



ii. a detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;

iii. se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c. Tratando-se de contratos forwards cambiais, serão considerados para o apuramento do seu valor, a respetiva taxa de câmbio spot, as taxas de juro a prazo das respetivas moedas e o prazo remanescente do contrato.

5. COMPONENTES DOS RESULTADOS DO FUNDO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os proveitos decorrentes das posições detidas nos mercados a contado e a prazo têm a seguinte decomposição:

Natureza	31-12-2019						
	Ganhos de Capital			Ganhos com Carácter de Juro		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efectivas	Soma	Juros vencidos	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	3.016.652	985.862	4.002.514	533.896	253.852	-	787.748
Depósitos	-	-	-	-	285	-	285
OPERAÇÕES A PRAZO							
Taxa de Juro							
Futuros	-	1.716.700	1.716.700	-	-	-	-
	<u>3.016.652</u>	<u>2.702.562</u>	<u>5.719.214</u>	<u>533.896</u>	<u>254.137</u>	<u>-</u>	<u>788.033</u>

Natureza	31-12-2018						
	Ganhos de Capital			Ganhos com Carácter de Juro		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Valias Potenciais	Mais Valias Efectivas	Soma	Juros vencidos	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	2.390.298	805.411	3.195.709	893.385	536.725	-	1.430.110
Depósitos	-	-	-	129	-	-	129
OPERAÇÕES A PRAZO							
Taxa de Juro							
Futuros	-	2.797.920	2.797.920	-	-	-	-
	<u>2.390.298</u>	<u>3.603.331</u>	<u>5.993.629</u>	<u>893.514</u>	<u>536.725</u>	<u>-</u>	<u>1.430.239</u>



CAIXA OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os custos decorrentes das posições detidas nos mercados a contado e a prazo, bem como as comissões suportadas pelo Fundo têm a seguinte decomposição:

31-12-2019						
Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		Soma
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efectivas	Soma	Jur. vencidos e Comissões	Juros decorridos	
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	2.456.189	160.917	2.617.106	198.616	-	198.616
Depósitos	-	-	-	446	-	446
OPERAÇÕES A PRAZO						
Taxa de Juro						
Futuros	-	1.523.140	1.523.140	2.864	-	2.864
COMISSÕES						
De Gestão	-	-	-	299.594	-	299.594
De Depósito	-	-	-	33.288	-	33.288
De Supervisão	-	-	-	4.857	-	4.857
De OpExtrapatrimoniais	-	-	-	222	-	222
Outras Comissões	-	-	-	659	-	659
	<u>2.456.189</u>	<u>1.684.057</u>	<u>4.140.246</u>	<u>540.546</u>	<u>-</u>	<u>540.546</u>

31-12-2018						
Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		Soma
	Menos Valias Potenciais	Menos Valias Efectivas	Soma	Jur. vencidos e Comissões	Juros decorridos	
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	2.724.974	1.061.094	3.786.068	505.185	-	505.185
OPERAÇÕES A PRAZO						
Taxa de Juro						
Futuros	-	2.794.902	2.794.902	6.386	-	6.386
COMISSÕES						
De Gestão	-	-	-	351.137	-	351.137
De Depósito	-	-	-	39.015	-	39.015
De Supervisão	-	-	-	5.484	-	5.484
De OpExtrapatrimoniais	-	-	-	637	-	637
Outras Comissões	-	-	-	2.016	-	2.016
	<u>2.724.974</u>	<u>3.855.996</u>	<u>6.580.970</u>	<u>909.860</u>	<u>-</u>	<u>909.860</u>

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos suportados pelo Fundo durante os exercícios de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	31-12-2019	31-12-2018
Impostos indiretos		
Pagos em Portugal		
Imposto do selo	31.245	19.046
	<u>31.245</u>	<u>19.046</u>

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, o total de ativos de taxa de juro fixa detidos diretamente pelo Fundo, bem como os de instrumentos financeiros derivados sobre operações de taxa de juro, decompõem-se pelos seguintes prazos residuais até à maturidade:

31-12-2019					
Maturidades	Montante em Carteira (€)	Extra-Patrimoniais			Saldo
		Swaps	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	3.102.590	-	-	-	3.102.590
de 3 a 5 anos	7.486.351	-	-1.534.410	-	5.951.941
de 5 a 7 anos	6.630.552	-	-	-	6.630.552
mais de 7 anos	16.731.331	-	-	-	16.731.331
	<u>33.950.823</u>	<u>-</u>	<u>-1.534.410</u>	<u>-</u>	<u>32.416.413</u>

31-12-2018					
Maturidades	Montante em Carteira (€)	Extra-Patrimoniais			Saldo
		Swaps	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	801.784	-	-	-	801.784
de 1 a 3 anos	1.808.018	-	-	-	1.808.018
de 3 a 5 anos	6.898.635	-	-	-	6.898.635
de 5 a 7 anos	2.683.037	-	-	-	2.683.037
mais de 7 anos	15.554.126	-	-1.593.980	-	13.960.146
	<u>27.745.599</u>	<u>-</u>	<u>-1.593.980</u>	<u>-</u>	<u>26.151.619</u>

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentavam o seguinte detalhe:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Valor	% VLGf *	Valor	% VLGf *
Comissão de Gestão	312.534	0,9389%	351.137	0,9000%
Comissão de Depósito	34.726	0,1043%	39.015	0,1000%
Taxa de Supervisão	4.857	0,0146%	5.484	0,0141%
Taxa de Majoração	295	0,0009%	1.622	0,0042%
Custos de Auditoria	2.706	0,0081%	2.706	0,0069%
Custos de Research	819	0,0025%	-	-
	<u>355.937</u>		<u>399.964</u>	
Valor Médio Global do Fundo	<u>33.286.580</u>		<u>39.013.112</u>	
Taxa Encar. Correntes (TEC)	<u>1,0693%</u>		<u>1,0252%</u>	

* Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência.

17. OUTROSTerceiros - Ativo

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Terceiros - Ativo		
Devedores		
Operações em Futuros sobre Taxa de Juro Margem	290.482	401.628
Operações Regularização Venda de Títulos		
Operações em Mercado	-	1.039.920
	<u>290.482</u>	<u>1.441.548</u>

Terceiros - Passivo

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Terceiros - Passivo		
Resgates a pagar a participantes	56.138	192.786
Comissões a pagar		
Entidade Gestora	29.675	23.891
Entidade Depositária	3.297	2.655
Autoridade de Supervisão	1.187	1.147
	34.159	27.693
Outras Contas de Credores		
Estado e Outros Entes Públicos		
Imposto sobre o rendimento	4.904	65.294
Imposto de selo	4.669	3.795
Operações Regularização Compra de Títulos		
Operações em mercado	2.402.386	-
Outros Valores a Pagar		
Custos de research	819	-
Auditoria	1.353	1.353
	2.414.131	70.442
	2.504.428	290.921

Acréscimos e diferimentos - Ativo

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Acréscimos e Diferimentos - Ativo		
Acréscimos de Proveitos		
De disponibilidades		
Depósitos a prazo e com pré-aviso	285	-
Da carteira de títulos		
Títulos de dívida pública	252.140	487.344
Obrigações diversas	1.712	49.381
	254.137	536.725
Despesas com custo diferido		
Da carteira de títulos		
Títulos de dívida pública	12.371	-
	12.371	-
Outros acréscimos e diferimentos		
Ajustamentos de margem	720	-
	720	-
	267.228	536.725

Acréscimos e diferimentos - Passivo

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Acréscimos e Diferimentos - passivo		
Acréscimos de custos		
Impostos a liquidar	-	4.904
	-	4.904
Receitas com proveito diferido		
Juros e custos equiparados a liquidar		
Títulos de dívida pública	-	22.377
Obrigações diversas	-	11.096
	-	33.473
Outros acréscimos e diferimentos		
Ajustamentos de margem	-	1.260
	-	39.637

18. CUSTOS EFETIVOS DE PESSOAL AO SERVIÇO DA SOCIEDADE GESTORA

Dando cumprimento ao exigido do nº2 do art.º 161 do RGOIC, apresenta-se de seguida o montante total de remunerações do exercício de 2019 suportadas pela Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.:

	31-12-2019	31-12-2018 "Pró-forma"
Remunerações fixas:		
Órgão de gestão	420 009	453 999
Empregados	4 492 761	4 760 508
	4 912 770	5 214 507
Remunerações variáveis:		
Órgão de gestão	60 100	6 300
Empregados	210 100	114 100
	270 200	120 400
Nº Colaboradores remunerados:		
Órgão de gestão	5	4
Empregados	109	124
	114	128

O número de colaboradores não inclui os colaboradores cedidos por outras empresas do Grupo, cujos respetivos gastos se encontram registados na rubrica "Outros encargos administrativos". Adicionalmente, importa referir que, em 23 dezembro de 2019, ocorreu a fusão por incorporação da Fundger - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. na Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A, pelo que, os valores apresentados para 31 de dezembro de 2018, correspondem à soma dos valores verificados naquele exercício nas duas Sociedades.



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Caixa Obrigações Longo Prazo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações**, denominado até 18 de setembro de 2019 por **Caixagest Obrigações Longo Prazo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações** (adiante também designado simplesmente por **Fundo**), gerido pela sociedade gestora **Caixa Gestão de Ativos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.** (adiante também designada simplesmente por **Entidade Gestora**), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 44 066 555 euros e um total de capital do Fundo de 41 562 127 euros, incluindo um resultado líquido de 1 791 684 euros), a demonstração de resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as divulgações que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Caixa Obrigações Longo Prazo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização dos ativos mobiliários	
A carteira de títulos corresponde a cerca de 79% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada pela cotação dos respetivos títulos em carteira, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período. Assim, a verificação das cotações constitui uma área significativa de auditoria. Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos na nota 4 das Divulgações.	Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira. Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira e do cálculo das respetivas mais e menos-valias potenciais, com base nas cotações oficiais.
2. Cumprimento de regras e limites legais e regulamentares	
A confirmação do cumprimento das regras e limites previstos no Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, nos Regulamentos da CMVM e no Regulamento de Gestão do Fundo assume uma particular importância na auditoria, com potencial impacto na autorização do Fundo e na continuidade das suas operações.	Analisámos os procedimentos e ferramentas de controlo do cumprimento das regras e limites legais e das políticas de investimento do Fundo. Recalculámos os limites legais e regulamentares e verificámos o impacto de eventuais situações de incumprimento reportadas nesses mapas, incluindo a verificação da comunicação/ autorização da CMVM em caso de incumprimento.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de

segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Fomos nomeados auditores do Fundo, pela Entidade Gestora, para um mandato compreendido entre 2017 e 2020.
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora em 21 de fevereiro de 2020.
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Entidade Gestora durante a realização da auditoria.
- (v) Informamos que não prestámos ao Fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.


Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (iv) O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 21 de fevereiro de 2020


António José Correia de Pina Fonseca, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o nº 20161384)